

CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ALÉM DAS APOSTILAS

Mirtes Rose Andrade de Moura Mariani¹

Elieuz Aparecida de Lima²

Todos os meninos têm direito a serem respeitados

Todos os meninos têm direito a planejar.

Todos os meninos têm direito a fazer perguntas.

(Os direitos das crianças, segundo alunos da escola Carvalhosa, Braga, Portugal)

Reflexões iniciais

O excerto do poema dos direitos dessas crianças portuguesas (OLIVEIRA-FORMOSINHO; KISHIMOTO; PINAZZA, 2007) possibilita-nos diferentes reflexões. Especialmente, discussões sobre direitos sociais das crianças como elementos basilares para apontamentos de ações didático-pedagógicas potencialmente humanizadoras e capazes de expressar a intencionalidade do currículo em ação em instituições de Educação Infantil.

Com amparo nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, defendemos a essencialidade da educação como atividade humanizadora, ratificando a sua função social na formação das qualidades humanas nas pessoas. Pressupondo a essencialidade da organização curricular nesse processo, as crianças passam a agir ativamente, planejar e aprender a fazer perguntas e a encontrar respostas a elas. Nessa perspectiva, ressaltamos a função do professor e defendemos a educação formal como possibilidade de pleno desenvolvimento das capacidades humanas, desde o início da infância de meninos e meninas.

Ao longo deste texto, o objetivo principal é enfatizar reflexões sobre o currículo na Educação Infantil como processo em ação, capaz de projetar as atividades docentes intencionalmente voltadas à constituição do humano nas crianças.

A discussão ora proposta contempla algumas indagações elaboradas por nós, como professoras e pesquisadoras, dentre elas: qual o papel das escolhas curriculares para a organização e desenvolvimento de práticas educativas formais em instituições de Educação Infantil? Com isso, desejamos afirmar que questões sobre o currículo na Educação Infantil têm se mostrado relevantes quando se trata do planejamento e da organização do ensino para e na Educação Infantil, em favor de ações educativas para além das apostilas.

Com essa proposta, neste artigo, buscamos destacar alguns elementos que permeiam o debate acerca da constituição desse currículo, bem como reafirmamos sua importância no cenário educacional. Abordamos, ainda, ponderações sobre a condição de direito das crianças

¹ Pedagoga e mestranda em Educação; Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp; Marília, SP. E-mail: mirtes_mariani@hotmail.com

² Doutora em Educação; Departamento de Didática e Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp; Marília, SP. E-mail: aelislima@ig.com.br

e citamos algumas prioridades da Educação Infantil numa escola particular que, ainda, utiliza apostilas em seu cotidiano pedagógico, mas busca, em cursos de formação continuada, compor ações didáticas e curriculares promotoras da superação do uso desses materiais em favor do atendimento às especificidades da Educação Infantil.

Currículo em ação: questionamentos sobre o uso de apostilas

Atualmente grande parte das escolas privadas de Educação Infantil do interior de São Paulo adotam sistemas de ensino apostilados, processo que pode delimitar e restringir possibilidades de ações docentes intencionais, assim como cercear atuações ativas das crianças em diferentes níveis da escolaridade. Tal delimitação pode, pois, restringir e engessar práticas educativas, descaracterizando atividades potencialmente propulsoras humanizadoras na infância, especialmente aquelas primordiais no currículo da faixa etária dos primeiros meses aos cinco anos: a brincadeira, os relacionamentos, os jogos, os momentos de leitura e contação de histórias, dentre outras atividades.

Numa escola particular de uma cidade do interior paulista, especialmente, a organização de turmas de Educação Infantil exigiu, assim, a explicitação de um currículo focado em áreas diversas e a formação continuada dos professores dedicados à educação das crianças pequenas. Com essa perspectiva, tornou-se premente, a constituição de situações formativas em que os professores, ao serem convidados a (re)pensar possibilidades de organização do currículo na Educação Infantil – a partir do trabalho realizado nas escolas, onde eles e as crianças sejam sujeitos protagonistas, proponentes, autores, parceiros, apropriando-se da cultura mais elaborada –, considerem a trajetória de cada grupo, as especificidades de cada faixa etária, bem como as possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento cultural na infância.

Embora a formação universitária dos professores da escola em questão possa assinalar perspectivas de um trabalho pedagógico de excelência, ao longo dos últimos anos, tem-se feito investimentos para a formação continuada desses profissionais para que, na prática, o trabalho pedagógico na Educação Infantil seja expressão de escolhas metodológicas, avaliativas e de mediação docente nas situações propostas às crianças voltadas ao máximo desenvolvimento cultural delas em cada momento da infância.

Reafirmamos, dessa forma, as proposições Puentes (2013, p. 181-182) que apontam indicativas do valor das escolhas educativas dirigidas à plenitude da formação humana na infância. Nessa ótica, os métodos de ensino devem se estruturar “considerando as particularidades da idade e os objetivos do desenvolvimento mental da criança, em especial do desenvolvimento de suas capacidades cognitivas” (VÉNGUER; VÉNGUER, 1993, p. 15, tradução nossa).

Esses autores defendem também que:

Tudo isso leva a necessidade de organizar o ensino da criança pré-escolar baseando-se no estudo profundo das possibilidades e características do

desenvolvimento infantil em cada passo evolutivo e na determinação do lugar que esse passo ocupa na escala geral da infância. (VÉNGUER; VÉNGUER, 1993, p. 12, tradução nossa).

Concordamos com os autores: cada criança se torna humana a partir de aprendizagens motivadoras de seu pleno desenvolvimento e esse processo é mediado por meio de ações educativas intencionalmente organizadas e planejadas.

O currículo inclui, pois, tudo o que se oferece à criança objetivando a aprendizagem, abrangendo conceitos, princípios, procedimentos, atitudes, os meios pelos quais a escola oferece tais oportunidades e formas de avaliação, pois é a explicitação das intenções que permitirá a orientação da prática pedagógica.

Para Faria e Dias (1997, p. 103), no currículo em ação na Educação Infantil, na perspectiva de responder a alguma questão ou necessidade que tenha sido suscitada pela curiosidade infantil, pelo desejo de fazer ou de resolver algum problema da realidade física e social, é importante que as crianças sejam instigadas em sua curiosidade e em seu desejo de agir sobre o mundo, que perguntem, explorem e argumentem. Sendo assim, podem se assumir como pessoas capazes de decidirem coletivamente, aprendendo que as fontes de informações são diversas, que estabeleçam relações entre os vários conhecimentos acessados e possam, portanto, construir uma relação prazerosa com o conhecimento, que passa a ter sentido e significado para ela.

Como base dessa discussão estão documentos legais tais como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) (BRASIL, 2009), a partir da Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009. Nesse documento, do primeiro ao quinto artigo, há a fixação das DCNEIs, instituindo e orientando práticas educativas com crianças pequenas.

Palavras finais

Pelo exposto, é possível entender a política curricular como uma política cultural, pois o currículo é fruto de uma seleção e produção de conhecimentos: corpo conflituoso de produção de cultura, de embate entre pessoas concretas, concepções de conhecimento e aprendizagem formas de imaginar e perceber o mundo.

Essas assertivas indicam para o fato de que documentos oficiais fundamentam a ideia da criança como um ser social, psicológico e histórico, constituída mediante relacionamentos sociais, dentre os quais aqueles emergentes em escolas. Nestas instituições, o currículo desenvolve-se em ação, ao contemplar as características próprias da Educação Infantil, por exemplo, como proposta viva, produzida na interação da criança com os objetos da cultura, na relação com outras crianças e com adultos. Esse tipo de currículo extrapola e modifica o entendimento, ainda em vigor, de um currículo direcionado às crianças pequenas e atrelado às orientações do Ensino Fundamental, focando-se em listas de conteúdos e disciplinas isoladas.

Faria e Dias (2007) e Lima, Ribeiro e Valiengo (2012) autorizam-nos a defender que, na Educação Infantil, o currículo esteja alicerçado na cultura mais elaborada e expressado

mediante a linguagem, as artes, a ciência, a filosofia, sem o engessamento e a fragmentação da educação escolar, infelizmente, tão comum também em escolas do Ensino Fundamental.

Referências

BRASIL. Resolução n. 05. Resolução da Câmara de Educação Básica, aprovada em 17 de dezembro de 2009. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2009.

FARIA, V. L. B.; DIAS, F. R. T. de S. **Currículo na educação infantil: diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica**. São Paulo: Scipione, 2007.

LIMA, E. A., RIBEIRO, A. E. M., VALIENGO, A. Criança, Infância e Teoria Histórico-Cultural: convite à reflexão. **Teoria e Prática da Educação**. v.15, p. 67-77, 2012.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (Orgs.). **Pedagogia(s) da Infância** – dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: ArtMed, 2007.

PUNTES, R. V. Vida, pensamento e obra de A. V. Zaporozhets: um estudo introdutório. In: LONGAREZI, A.M.; PUNTES, R.V. (Orgs.). **Ensino desenvolvimental: vida, pensamento e obra dos principais representantes russos**. Uberlândia: EDUFU, 2013.

VÉNGUER, L.; VÉNGUER, A. El nacimiento de la inteligencia. In: VÉNGUER, L.; VÉNGUER, A. **Atividades inteligentes: jugar en casa nuestros hijos en edad preescolar**. Oviedo, Espana: Visor Distribuciones S.A., 1993.